

À
Impugnante

Referência: Pregão Eletrônico Nacional NF 0106-26 - Atendimento de urgência e emergência 24h, com ambulância tipo b, nas dependências da ITAIPU.

Assunto: Impugnação - Resposta - Pedido indeferido

Inicialmente, cumpre-nos esclarecer que a ITAIPU é empresa juridicamente internacional, instituída por Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. Assim, a entidade é sujeita aos procedimentos de tutela representados em controles administrativos ou financeiros constantes das disposições pertinentes dos atos internacionais que a regem. Neste contexto, a binacional possui procedimentos próprios para os certames licitatórios que promove (em cumprimento ao prescrito no art. 28º do Estatuto da ITAIPU, Anexo A do Tratado), os quais se encontram disciplinados na Norma Geral de Licitação da ITAIPU (NGL).

Portanto, as licitações realizadas pela binacional, diante da sua natureza jurídica peculiar, são regidas por sua NGL, conforme consta no subitem 2.3 do Caderno de Bases e Condições (CBC) do Pregão em apreço, não lhe sendo aplicáveis as leis internas do Brasil que disciplinam sobre licitações e contratações da Administração Pública, conforme decidido pelo *Supremo Tribunal Federal*¹.

Inicialmente, cumpre destacar que a ITAIPU, ao elaborar o CBC e seus anexos, pautou-se pelos princípios da legalidade, proporcionalidade, competitividade e julgamento objetivo, estabelecendo como requisitos de habilitação técnica apenas aquelas exigências estritamente necessárias à comprovação da capacidade da proponente para executar o objeto.

Ressalta-se que os requisitos de habilitação não afastam, em nenhuma hipótese, a obrigação da futura CONTRATADA de cumprir integralmente toda a legislação aplicável à execução dos serviços, inclusive normas profissionais, sanitárias, trabalhistas e de segurança, quando exigidas.

O objeto do certame está claramente delimitado à prestação de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e emergência, com ambulância tipo B (suporte básico), nas dependências da ITAIPU, não se tratando de contratação de estabelecimento hospitalar, clínica médica, serviço de internação ou estrutura de assistência médica de alta complexidade, assim sendo, os requisitos estabelecidos no subitem 1.4.2 da Habilitação Técnica do CBC atendem ao princípio da pertinência técnica, vez que estão diretamente relacionados ao núcleo do objeto licitado, afastando exigências excessivas ou desproporcionais, preservando a competitividade do certame.

¹ Não se aplica a Lei 8.666/1993 às alienações e às contratações de obras, serviços e bens realizadas por Itaipu Binacional. [ACO 1.904](#), rel. min. Marco Aurélio, j. 8-9-2020, P, DJE de 24-9-2020.

Itaipu Binacional. (...) Eventual fiscalização pelo Tribunal de Contas da União dar-se-á nos termos acordados em instrumento firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. [ACO 1.905](#), rel. min. Marco Aurélio, j. 8-9-2020, P, DJE de 24-9-2020.

Após as considerações iniciais, passamos à manifestação acerca dos pontos suscitados:

i. Do registro no Conselho Regional de Medicina (CRM)

Quanto à exigência de registro da empresa e de responsável técnico junto ao Conselho Regional de Medicina, observa-se que o objeto contratado se refere ao atendimento pré-hospitalar de suporte básico, o qual não envolve, como regra, a prática de atos médicos, tampouco a disponibilização permanente de médico na equipe.

Assim, a exigência de registro no CRM, como condição de habilitação, não guarda proporcionalidade nem pertinência direta com o objeto licitado, sem prejuízo de que, caso haja necessidade de atuação médica durante a execução contratual, a CONTRATADA deverá atender às exigências legais aplicáveis.

ii. Do registro no Conselho Regional de Enfermagem (COREN)

No que se refere à exigência de registro no COREN, esclarece-se que as Especificações Técnicas do edital já preveem a obrigatoriedade de disponibilização de profissional enfermeiro devidamente habilitado e regularmente inscrito no respectivo Conselho Regional de Enfermagem, garantindo, assim, a regularidade profissional necessária à execução dos serviços. Ou seja, já existe a previsão de tal exigência para a prestação dos serviços, sendo desarrazoado exigir como critério de habilitação.

iii. Do registro no Conselho Regional de Administração - CRA

No tocante ao pedido de exigência de registro junto ao Conselho Regional de Administração, verifica-se que o objeto do certame não consiste na prestação de serviços privativos da área de Administração, mas sim em serviço assistencial de atendimento pré-hospitalar. Dessa forma, a exigência de registro no CRA não se mostra pertinente nem necessária para a comprovação da capacidade técnica das proponentes.

iv. Das certificações ISO 9001 e ISO 45001

As certificações ISO 9001 e ISO 45001 constituem sistemas de gestão de qualidade e segurança ocupacional, de natureza voluntária, não sendo exigência legal para a prestação dos serviços objeto deste certame.

A sua imposição como requisito de habilitação poderia restringir indevidamente a competitividade, razão pela qual a ITAIPU optou por não incluí-las, assegurando a qualidade dos serviços por meio das especificações técnicas, obrigações contratuais e mecanismos de fiscalização na fase de execução contratual.

v. Do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES

Quanto à exigência de inscrição no CNES, esclarece-se que tal cadastro se destina a estabelecimentos de saúde, não se aplicando, de forma automática, a todas as empresas que prestam serviços de atendimento pré-hospitalar móvel, especialmente quando não há instalação própria de unidade assistencial. Assim, a exigência de CNES como requisito de habilitação não se mostra adequada ao objeto licitado.

vi. Do registro na ANTT

No que se refere à exigência de registro junto à ANTT, observa-se que o serviço contratado não se caracteriza como transporte rodoviário interestadual ou internacional de passageiros, hipótese em que se exige tal registro, mas sim como atendimento pré-hospitalar em contexto assistencial. Logo, a exigência de inscrição na ANTT não guarda relação direta com o objeto do certame, sendo indevida como requisito de habilitação.

Diante do exposto, não se verifica fundamento técnico ou jurídico que justifique a alteração do edital, motivo pelo qual a ITAIPU resolve indeferir a impugnação apresentada, mantendo-se integralmente as condições estabelecidas no CBC e seus anexos.

Por fim, solicitamos a gentileza confirmar o recebimento desta correspondência no campo abaixo, devolvendo-a ao e-mail compras@itaipu.gov.br.

Atenciosamente,

DANIELE TASSI SIMIONI GEMAEI
Superintendente de Compras

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinatura/Firma Digital - Itaipu Binacional. Para verificar as assinaturas, clique no link <https://pad.itaipu.gov.br/Verificar/54DC-F768-0DDF-42B0> ou visite o site <https://pad.itaipu.gov.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 54DC-F768-0DDF-42B0



Hash do Documento

DE6EEE8AF5040611E7321E40AA31D89A7FC9FF9F38CDD7E4E5A6B75A5F71CA03

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 19/02/2026 é(são) :

☒ Rodrigo Silva Cunha - 008.***.***-32 em 19/02/2026 13:38 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital